

Luce Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Praça Carlos Chagas, 49 – 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte | MG | Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
Luce Empreendimentos e Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luce Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a investida Light S.A. possui investimentos na Norte Energia S.A. e na Renova Energia S.A. (em conjunto denominadas “Investidas”), que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas indiretas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas.

Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Risco de continuidade da investida indireta Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a controlada indireta em conjunto da investida Light S.A., Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2018, apresentava capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Luce Empreendimentos e Participações S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de maio de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e com ênfases de: **(i)** Riscos relacionados a leis e regulamentos; e **(ii)** Risco de continuidade da investida indireta Renova Energia S.A..

Auditoria dos valores da investida Light S.A.

As demonstrações financeiras da investida Light S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras, e com ênfases de: **(i)** Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos; e **(ii)** Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A..

Eventos subsequentes

Incorporação da Companhia

Em 25 de março de 2019, os acionistas da Cemig aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Luce Empreendimentos e Participações S.A. pela Cemig, até 25 de abril de 2019, que a sucederá as operações da Companhia e sua personalidade jurídica será extinta a partir desta data.

Aprovação de revisão tarifária extraordinária

Em reunião pública realizada em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou uma revisão tarifária extraordinária para a controlada Light SESA, considerando unicamente a incorporação de item financeiro negativo para refletir a quitação antecipada da amortização das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na gestão da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), nos termos da Resolução Normativa no 612 de 2014. O efeito médio para os consumidores será de -2,30%, entrando em vigor a partir de 1º de abril de 2019.

Renova Energia

i) Aprovação e celebração de contrato para aquisição de participação na Renova e posterior realização de Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Em 21 de março de 2019, foi aprovado e celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição, pela controlada Light Energia e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova, todas de titularidade de CG I Fundo de Investimento em Participações (“CG I”) e de certas pessoas a ele relacionadas.

ii) Reperfilamento do passivo existente da Renova com partes relacionadas

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da controlada Light Energia também orientou o voto favorável de seus representantes no Conselho de Administração da controlada em conjunto Renova Energia no sentido de aprovar o alongamento e reestruturação do Crédito decorrente do Contrato de compra e Venda de Energia Elétrica (“CCVE”) detido pela controlada Lightcom no valor de R\$ 253 milhões, o qual será posteriormente e parcialmente cedido à controlada Light Energia, e pela Cemig GT no valor de R\$ 768 milhões contra a controlada em conjunto Renova. Tais instrumentos estão sujeitos à celebração dos documentos correspondentes definitivos em conformidade com regulamentação e legislação aplicáveis, bem como verificação de condições precedentes e anuências necessárias.

iii) Venda do Complexo Eólico Alto Sertão III

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Renova Energia, aceitou a nova proposta vinculante, apresentada pela AES Tietê Energia S.A., para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III. A operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de abril de 2019



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/0-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – MG

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

<u>ATIVOS</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	157	14
Títulos e valores mobiliários	4	1.250	679
Dividendos a receber	5	5.131	3.845
Tributos e contribuições a recuperar	6	3.732	3.998
Total dos ativos circulantes		<u>10.270</u>	<u>8.536</u>
NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	15	7	-
Tributos diferidos	6	-	52
Investimentos	7	441.710	447.311
Total dos ativos não circulantes		<u>441.717</u>	<u>447.363</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>451.987</u>	<u>455.899</u>
<u>PASSIVOS</u>			
CIRCULANTES			
Fornecedores	-	186	4
Tributos e contribuições	6	14	21
Dividendos a pagar	9	4.979	2.963
Outros	-	-	13
Total dos passivos circulantes		<u>5.179</u>	<u>3.001</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	406.341	406.341
Reserva de lucros	-	9.893	13.824
Ajuste de avaliação patrimonial	12	43.800	45.959
Outros resultados abrangentes	12.c	(13.226)	(13.226)
Total do patrimônio líquido		<u>446.808</u>	<u>452.898</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>451.987</u>	<u>455.899</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional - resultado de equivalência patrimonial	7	<u>21.604</u>	<u>16.188</u>
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	10	(897)	(1.949)
PIS e Cofins s/juros capital próprio	-	(15)	(21)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>20.692</u>	<u>14.218</u>
Resultado financeiro			
Receitas de aplicações financeiras	11	328	449
Despesas financeiras	11	(4)	(8)
Total		<u>324</u>	<u>441</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.016	14.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	<u>(52)</u>	<u>(78)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>20.964</u></u>	<u><u>14.581</u></u>
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	13	<u>0,02</u>	<u>0,01</u>
Média ponderada de ações no exercício (lote de mil ações)	13	<u>1.379.840</u>	<u>1.379.840</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	20.964	14.581
Outros resultados abrangentes		
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - reflexo da investida Light	-	(2.035)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>20.964</u>	<u>12.546</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Notas	Reservas de lucros				Ajuste aval. Patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos não distribuídos	Reserva reflexa custo atribuído		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		437.638	-	-	-	48.220	(11.191)	(31.297)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	14.58
Outros resultados abrangentes								
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	12.c	-	-	-	-	-	(2.035)	
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	(2.035)	14.58
Redução de capital	12.a	(31.297)	-	-	-	-	-	31.29
Reserva legal	9	-	729	-	-	-	-	(729)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,002 por ação)	9	-	-	-	-	-	-	(2.963)
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos	9	-	-	-	500	-	-	(500)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	9	-	-	-	-	(2.261)	-	2.20
Constituição de reserva de retenção de lucros	9	-	-	12.595	-	-	-	(12.595)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		406.341	729	12.595	500	45.959	(13.226)	
Aplicação inicial do CPC 48 na investida Light S.A.	7	-	-	(22.068)	-	-	-	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	20.96
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	20.96
Reserva Legal	9	-	1.048	-	-	-	-	(1.048)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,004 por ação)	9	-	-	-	-	-	-	(4.975)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial reflexa	9	-	-	-	-	(2.159)	-	2.15
Constituição de reserva de retenção de lucros	9	-	-	17.089	-	-	-	(17.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		406.341	1.777	7.616	500	43.800	(13.226)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018 e 2017**
(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.016	14.659
Ajuste por:			
Equivalência patrimonial	7	(21.605)	(16.188)
Variações nos ativos e passivos			
Aumento tributos e contribuições a recuperar e pagar		259	531
Aumento (redução) em fornecedores		182	(14)
Aumento em outros ativos e passivos		(20)	9
Dividendos recebidos		3.845	-
Receitas financeiras incidentes sobre títulos e valores mobiliários		(328)	(449)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		<u>3.349</u>	<u>(1.452)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários		(243)	1.446
Total gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		<u>(243)</u>	<u>1.446</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		(2.963)	-
Total consumido pelas atividades de financiamento		(2.963)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>143</u>	<u>(6)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	14	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	157	14
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>143</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou “Lepsa”), com sede em Belo Horizonte, MG, foi constituída em 26 de dezembro de 2009, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto a participação, direta ou indireta, no capital social da Light S.A. (“Light”) e também na participação societária em qualquer outra empresa de tipo ou natureza diferente.

A Companhia possui 26.576.149 ações ordinárias, nominativas, representando 13,0317368% no capital social da investida, sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 30 de novembro de 2017, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) adquiriu a totalidade das ações preferenciais e ordinárias da Lepsa, que se tornou uma subsidiária integral da Cemig.

Em 25 de março de 2019, os acionistas da Cemig aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Lepsa pela Cemig, que a sucederá as operações da Companhia e sua personalidade jurídica será extinta a partir da data da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que irá deliberar sobre a incorporação.

2. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e empréstimos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados ao valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a sua gestão de riscos e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como valor justo por meio do resultado compreendem títulos e valores mobiliários.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros e ajuste de expectativas de fluxos de caixa são reconhecidos na demonstração de resultado, enquanto as demais variações a valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

Os empréstimos e recebíveis abrangem equivalentes de caixa e dividendos a receber, e outros créditos.

Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos reconhecidos inicialmente ao valor justo e são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

ii) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

(c) Investimentos

A participação societária na investida Light S.A. é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

(d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A administração não identificou evidências que justificasse a necessidade de redução dos ativos financeiros ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos não financeiros ao valor recuperável.

(e) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para riscos é constituída mediante avaliação e quantificação das ações cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

(f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras representam tarifas bancárias e encargos financeiros.

(g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R\$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou a recuperar esperado no caso de antecipações que excedam o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, assim como em relação a saldos existentes e recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que serão aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(h) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

(i) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs). Essa preparação exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas constantes neste relatório:

- Tributos diferidos (Nota Explicativa nº 6);
- Instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 12).

(j) Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

As novas normas, alterações e interpretações descritas a seguir entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia e suas controladas não os adotaram de forma antecipada.

(k) IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17), vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) arrendamento de curto prazo (prazo inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo é de baixo valor ou tenha como base pagamentos variáveis de arrendamento.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16 (CPC 06 (R2)), o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não rerepresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando nesta nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos em 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16 (CPC 06 (R2)), a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais: (i) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição; e (ii) locação de veículos.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Consolidado	01.01.2019
Ativos de direito de uso	76.940
Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	76.940

(l) IFRIC 23 (ICPC 22) – Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda

Esta Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessa nova norma.

(m) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) – Benefícios a empregados;
- Modificações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;
- Alterações na IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e na IAS 28 (CPC 18 (R2)): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto; e
- Modificações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)), IAS 31 (CPC 19 (R2)), IAS 23 (CPC 20 (R1)) e IAS 12 (CPC 32) – Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos - conta corrente	<u>157</u>	<u>14</u>

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	11
Fundo de Investimento Pampulha (não exclusivo)	<u>1.250</u>	<u>668</u>
	<u>1.250</u>	<u>679</u>

As aplicações em CDBs têm seus vencimentos em até 30 dias da data de aplicação, e tem por objetivo manter aplicado uma reserva mínima para cobrir despesas correntes, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações foi de 75% do CDI no exercício de 2017 e 2018. O Fundo de Investimento Pampulha de Renda Fixa Crédito Privado (aplicações do Grupo Cemig) teve rentabilidade acumulada no exercício findo de 2017 equivalente a 104% do CDI e no exercício findo de 2018 equivalente a 102,65% do CDI (6,45% a.a.).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 12.

5. DIVIDENDOS A RECEBER

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dividendos a receber	<u>5.131</u>	<u>3.845</u>

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ a compensar	2.850	3.013	-	-
IRPJ a recolher	-	-	3	15
CSLL a compensar	877	979	-	-
Outros	5	6	11	6
Total	<u>3.732</u>	<u>3.998</u>	<u>14</u>	<u>21</u>

6.1. Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(Prejuízo) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR)	21.016	14.659
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>7.145</u>	<u>4.984</u>
Exclusões permanentes - Equivalência patrimonial	(7.345)	(5.504)
Compensação de prejuízos e outros	<u>(148)</u>	<u>(442)</u>
IR e CSLL apresentados na demonstração do resultado	<u>(52)</u>	<u>(78)</u>
IRPJ e CSLL diferido resultado	(52)	(78)

6.2. Impostos diferidos

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
NÃO CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social				
Adoção da Lei 11.638	-	-	153	52

Os valores acima referem-se à formação de ativo diferido na constituição da antecessora RME em 2006, por conta de despesas pré-operacionais com assessorias e outros custos incorridos para a aquisição de participação da Light S.A. Naquela ocasião, a decisão dos administradores foi pela amortização do diferido em 120 meses, conforme previa a legislação vigente. Com as mudanças contábeis na adoção da Lei 11.638/07, o saldo do ativo diferido, não amortizado até dezembro de 2010, foi baixado contra o Patrimônio Líquido, em contrapartida a um ativo fiscal diferido, também constituído naquela ocasião.

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627/13 (MP), que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

7. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre a controlada em conjunto Light (consolidado)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Participação no capital	13,03%	13,03%
Total dos ativos	17.863.703	14.945.049
Capital social integralizado	2.225.822	2.225.822
Patrimônio líquido	3.389.492	3.432.473
Lucro líquido do exercício	165.782	124.221

Segue o resumo dos balanços patrimoniais consolidados e das demonstrações dos Resultados dos Exercícios da investida Light em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativo</u>	<u>17.863.703</u>	<u>14.945.049</u>
Ativo circulante	5.719.630	4.137.972
Ativo não circulante	12.144.073	10.807.077
<u>Passivo</u>	<u>17.863.703</u>	<u>14.945.049</u>
Passivo circulante	5.278.409	5.493.129
Passivo não circulante	9.195.802	6.019.447
Patrimônio líquido	3.389.492	3.432.473

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	11.970.547	11.314.559
Custo da operação	(9.748.171)	(8.869.219)
Lucro bruto	<u>2.222.376</u>	<u>2.445.340</u>
Despesas operacionais	(1.174.807)	(1.071.387)
Resultado equivalência patrimonial	(85.407)	(199.221)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	<u>962.162</u>	<u>1.174.732</u>
Resultado financeiro	<u>(650.772)</u>	<u>(876.254)</u>
Resultado antes do imposto renda e contribuição social	<u>311.390</u>	<u>298.478</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(81.501)	(137.196)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(64.107)	(37.061)
Lucro líquido do exercício	<u><u>165.782</u></u>	<u><u>124.221</u></u>

(b) Movimentação dos investimentos

Saldo em 31 de dezembro de 2016	437.058
Resultado de equivalência patrimonial- reconhecido na DRE	16.188
Dividendos	(3.845)
Resultados de equivalência patrimonial - reconhecido diretamente no patrimônio líquido - DRA	(2.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>447.311</u></u>
Resultado de equivalência patrimonial - reconhecido na DRE	21.605
Dividendos	(5.131)
Resultado de equivalência patrimonial - reconhecido diretamente no patrimônio líquido	(22.068)
Realização de ajuste de reavaliação – Reflexo Light	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>441.710</u></u>

8. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha como único acionista a Cemig com 100% do capital social total.

A remuneração total dos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, corresponde a R\$ 59, registrados como despesas administrativas, na demonstração do resultado. A remuneração abrange o Conselho Fiscal.

9. DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social prevê que ao lucro que remanescer após a constituição da reserva legal, será dado à seguinte destinação:

- (a) Distribuição de dividendos obrigatórios, não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76;

- (b) Distribuição de dividendos adicionais e discricionários, em cada exercício social, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, até o montante de 100% da parcela do lucro líquido remanescente.

Os dividendos obrigatórios, calculados originalmente no encerramento do exercício de 2018 são como se segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>R\$/ação</u>
Lucro líquido do exercício	20.964	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	<u>(1.048)</u>	
Lucro líquido ajustado	19.916	
Realização de mais valia reflexa da investida	<u>2.152</u>	
Lucro à disposição dos acionistas	22.068	
Destinação do resultado		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(4.979)	0,004
Retenção de Lucros	<u>17.089</u>	
Nº de ações	<u><u>1.379.839.905</u></u>	

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pró-labore	49	605
Inss	10	120
Honorários contábeis	71	59
Legais e judiciais	39	36
Serviços de Terceiros PJ	114	289
Honorários de advogados	543	-
Auditoria externa	38	-
Taxas diversas	5	-
Passagens aéreas	16	17
Telefone	3	-
Impostos federais	-	756
Alimentação e transporte	-	27
Outros	9	40
	<u>897</u>	<u>1.949</u>

11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	<u>328</u>	<u>449</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	153	123
Juros sobre créditos tributários	175	326
Despesas Financeiras	<u>4</u>	<u>8</u>
Imposto sobre operações financeiras	2	2
Multas de mora	<u>2</u>	<u>6</u>
Resultado financeiro líquido	324	441

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 29 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas aprovou a redução do capital social da Companhia no valor de R\$31.297 para absorção de prejuízos acumulados, mantendo inalterada a quantidade de ações ordinárias e preferenciais subscritas e integralizadas. Conseqüentemente, o capital social da Companhia passou de R\$437.638 para R\$406.341 a partir desta data.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia está da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Cemig	689.919.954	689.919.951	1.379.839.905	100

(b) Reservas de lucros

Reserva legal – Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Ajuste de avaliação patrimonial – Os ajustes de avaliações patrimoniais são provenientes de: (i) reserva reflexa de custo atribuído – ajuste reflexo da investida a Light, quando do reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*), na data da adoção do IFRS e novos CPCs; e (ii) outros resultados abrangentes – perdas ou ganhos de passivos atuariais de plano de pensão provenientes de ajuste reflexo da investida Light, quando do reconhecimento do CPC 33, na adoção do IFRS e novos CPCs. Os valores vêm sendo realizados à mesma medida da realização na investida Light.

(c) Outros resultados abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

13. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	20.964	14.581
Denominador		
Média ponderada do número de ações	<u>1.379.839.905</u>	<u>1.379.839.905</u>
Lucro básico e diluído por ação em R\$	<u>0,02</u>	<u>0,01</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existem diferenças entre o lucro por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos emitidos que tragam efeitos dilutivos ao cálculo.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Mensurados pelo custo amortizado				
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	157	157	14	14
Títulos e valores mobiliários	1.250	1.250	679	679
Dividendos a receber	5.131	5.131	3.845	3.845
Passivo				
Fornecedores	186	186	4	4
Dividendos a pagar	4.979	4.979	2.963	2.963

A descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data das demonstrações financeiras.

- Títulos e valores mobiliários

Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

- Dividendos a receber e a pagar

Os dividendos a receber estão classificados como “empréstimos e recebíveis” e os dividendos a pagar estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo”.

- Fornecedores

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data das demonstrações financeiras.

Estes saldos estão classificados como “passivo financeiro não mensurado ao valor justo” e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiro

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía como instrumentos financeiros – títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto a seguir:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

(b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, procedendo às devidas adequações em sua estratégia, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

(c) Política de utilização de derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2018. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

15. PROVISÕES

A Lepsa é parte no Processo Administrativo nº 10600.720.040/2014-70, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, que questiona a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), que seria devido em razão de ganho de capital auferido pela Enlighted na alienação de ativo localizado no Brasil, a Light S.A., cuja responsabilidade pela retenção e recolhimento, como substituta tributária, seria da Lepsa por ser a Enlighted residente e domiciliada no exterior, conforme dicção do artigo 26 da Lei nº 10.833/03.

Em relação à classificação da perda, a Administração da Companhia baseada em parecer de seu assessor legal, tem expectativa da perda ser considerada possível, no valor aproximado de R\$223.875, em 31 de dezembro de 2018, motivo pelo qual não constituiu provisão.

O valor de R\$7, é um depósito judicial realizado para garantia de execução, referente ação de execução fiscal nº 0020853-41.2012.4.02.5101, movida pelo Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro – CRA/RJ em desfavor da Companhia.

16. SEGUROS

A Companhia, por ser uma *holding* com participação direta na Light, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos, tem contratado seguros para: i) *Directors & Officers* (D&O); ii) Responsabilidade civil e geral; e iii) Riscos operacionais e, desta forma, sua Administração entende serem suficientes os seguros efetuados.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

17.1. Incorporação da Companhia

Em 25 de março de 2019, os acionistas da Cemig aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Lepsa pela Cemig, até 25 de abril de 2019, que a sucederá as operações da Companhia e sua personalidade jurídica será extinta a partir desta data.

17.2. Aprovação de revisão tarifária extraordinária

Em reunião pública realizada em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou uma revisão tarifária extraordinária para a controlada Light SESA, considerando unicamente a incorporação de item financeiro negativo para refletir a quitação antecipada da amortização das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) na gestão da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), nos termos da Resolução Normativa nº 612 de 2014. O efeito médio para os consumidores será de -2,30%, entrando em vigor a partir de 1º de abril de 2019.

17.3. Renova Energia

17.3.1. Aprovação e celebração de contrato para aquisição de participação na Renova e posterior realização de Oferta Pública de Ações (“OPA”)

Em 21 de março de 2019, foi aprovado e celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações referente à aquisição, pela controlada Light Energia e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova, todas de titularidade de CG I Fundo de Investimento em Participações (“CG I”) e de certas pessoas a ele relacionadas.

O Contrato prevê que a Aquisição de Ações será na proporção de 32,15% pela controlada Light Energia e 67,85% pela Cemig GT e, como contrapartida, a CG I receberá títulos de dívida de titularidade da Light Energia e Cemig GT ao valor nominal de R\$14,68 por cada ação de emissão da Renova. Após o Fechamento da operação, a Light Energia será titular de aproximadamente 50% ou mais de ações ordinárias de emissão da Renova, com controle em conjunto com a Cemig GT. Conforme acordo de acionistas, o BNDES tem direito de exercício de venda em conjunto (*tag along*).

O fechamento da aquisição de ações estará sujeito ao cumprimento de condições precedentes costumeiras para esse tipo de operação.

Concomitante à operação, o Conselho de Administração da Light Energia também aprovou, condicionado ao Fechamento da Aquisição das Ações, a realização por Light Energia e por Cemig GT de oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Renova, em data a ser oportunamente anunciada.

17.3.2. Reperfilamento do passivo existente da Renova com partes relacionadas

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da controlada Light Energia também orientou o voto favorável de seus representantes no Conselho de Administração da controlada em conjunto Renova Energia no sentido de aprovar o alongamento e reestruturação do crédito decorrente do contrato de compra e venda de energia elétrica ("CCVE") detido pela controlada Lightcom no valor de R\$ 253 milhões, o qual será posteriormente e parcialmente cedido à controlada Light Energia, e pela Cemig GT no valor de R\$ 768 milhões contra a controlada em conjunto Renova. Tais instrumentos estão sujeitos à celebração dos documentos correspondentes definitivos em conformidade com regulamentação e legislação aplicáveis, bem como verificação de condições precedentes e anuências necessárias.

As dívidas estarão divididas em dois grupos:

- i. Títulos de dívidas de emissão da Renova, no valor de aproximadamente R\$298.000, data base março de 2019, com prazo de 6 anos, 1 ano de carência e juros de 155% de CDI, com garantia real e garantia fidejussória, a serem utilizados para a aquisição das ações da CGI, bem como BNDESPAR e demais acionistas, se for o caso.
- ii. Títulos de dívidas de emissão da Renova, no valor de aproximadamente R\$723.000, data base março de 2019, com prazo de 6 anos para pagamento *bullet* e juros de 155% de CDI, com garantia real.

17.3.3 Venda do Complexo Eólico Alto Sertão III

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Renova Energia, aceitou a nova proposta vinculante, apresentada pela AES TIETÊ ENERGIA S.A., para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III.

A operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Executiva em 17 de abril de 2019.

Diretoria Executiva
Paulo Eduardo Pereira Guimarães – Diretor-Presidente
João Alan Haddad – Diretor
Robson de Oliveira Carminati – Diretor

Conselho Fiscal
Nelson Tamietti – Efetivo
Francisco Luiz Moreira Penna – Efetivo
Paulo Roberto de Brito Mosqueira – Efetivo
Paulo César Teodoro Bechtluft – Suplente
Carolina Rocha Vespúcio – Suplente
Ronald Gastão Andrade Reis – Suplente

Contador
Edmundo Leão de Matos Filho
CRC-MG nº 56.401/O-6